

Regulamento do Conselho de Instrução Superior

Art. 1.º Todas as instituições do ensino superior, dependentes do Ministerio da Instrução Publica, ficam sujeitas á direcção geral do mesmo Ministerio, que será assistido por um Conselho de Instrução Superior.

Art. 2.º O Conselho de Instrução Superior compõe-se :

De um reitor que será sempre o Ministro da Instrução Publica ;

De um vice-reitor, nomeado pelo Governo dentre os membros do Conselho ;

Dos directores dos estabelecimentos federaes, sendo licito aos dos estabelecimentos situados fóra da Capital Federal enviar por escripto seus votos e pareceres ;

De um lente cathedratico, que dentre os seus membros elegerá cada uma das congregações dos lentes dos estabelecimentos federaes situados na Capital Federal ;

De um delegado que cada uma das congregações dos lentes dos estabelecimentos federaes situados nos Estados elegerá dentre os cidadãos que tenham exercido com distincção o magisterio superior por mais de sete annos em algum estabelecimento official, curso particular ou faculdade livre ;

De um doutor ou bacharel de cada um dos ramos do ensino superior, nomeados todos pelo Governo dentre os que tenham exercido com distincção o magisterio superior em algum estabelecimento official, curso particular ou faculdade livre por mais de sete annos ;

De um delegado eleito pelos estabelecimentos equiparados aos federaes.

Art. 3.º Na eleição dos membros do Conselho observar-se-hão as seguintes disposições :

1.ª Todas as eleições serão feitas por votação nominal, declarando o eleitor por escripto, e sob sua assignatura, o nome ou nomes dos seus candidatos ;

2.ª do resultado das eleições lavrar-se-hão, em cada estabelecimento, duas actas circunstanciadas, das quaes uma ficará na secretaria do estabelecimento e outra será remettida ao Ministerio da Instrucção Publica.

Art. 4.º Os membros do Conselho, eleitos ou nomeados, exercerão o seu mandato por quatro annos.

Art. 5.º Compete ao Conselho a approvação dos programmas de ensino, organizados pelos estabelecimentos federaes e os que forem a estes equiparados, fazendo as modificações necessarias para que esses programmas melhor preencham os seus fins e se contenham nos limites das respectivas cadeiras ; e publicando-os, depois de approvados, no *Diario Official*.

Art. 6.º Compete ao mesmo Conselho propôr ao Governo :

1.º Regulamentos relativos a exames, collação dos grãos, administração e disciplina escolares ;

2.º Regulamentos relativos á inspecção dos cursos particulares e faculdades livres ;

3.º Creação de novos estabelecimentos ;

4.º Creação, transformação ou suppressão de cadeiras ;

5.º Reconducção, gratificações, premios de obras, troca de cadeiras e reclamações dos lentes e professores dos estabelecimentos federaes.

Art. 7.º Incumbe ao mesmo Conselho julgar em ultima instancia os recursos interpostos dos actos e decisões das congregações dos lentes e nomear delegados nos Estados em que houver necessidade dessa providencia.

Art. 8.º Deverá tambem o Conselho emittir parecer sobre

quaesquer consultas do Ministerio da Instrucção Publica, relativas ao ensino superior.

Art. 9.º O Conselho reúne-se uma vez por mez sob a presidencia do Ministro da Instrucção Publica, que poderá convocalo extraordinariamente, quando entender necessario.

Art. 10. Sobre os assumptos de interesse commum a todos os estabelecimentos discutirão e votarão todos os membros do Conselho.

Art. 11. Na discussão e resolução dos assumptos especiaes de cada ramo do ensino superior só intervirão os membros do Conselho que fizerem parte da respectiva secção.

Art. 12. Comprehende o Conselho as seguintes secções :

Das Faculdades de Direito ;

Das Faculdades de Medicina ;

Das Escolas Polytechnica, de Minas em Ouro Preto e de engenhheiro-geographo.

Art. 13. Ao vice-reitor compete :

§ 1.º Presidir as sessões do Conselho, na falta do Ministro da Instrucção Publica.

§ 2.º Executar as decisões do Conselho, requerendo para isso as necessarias providencias.

§ 3.º Visitar, ao menos uma vez por anno, os estabelecimentos sujeitos á direcção do Conselho ; para despezas das viagens ser-lhe-ha concedido o necessario subsidio.

§ 4.º Inspeccionar os trabalhos da Secretaria.

§ 5.º Propôr ao Governo a nomeação do secretario e nomear o amanuense, continuo e servente da Secretaria.

§ 6.º Distribuir os trabalhos pelas differentes secções.

§ 7.º Nomear as commissões que julgar necessarias para melhor estudo das questões sujeitas á deliberação do Conselho e inspecção dos estabelecimentos federaes, cursos particulares e Faculdades livres. Para estas commissões poderão ser nomeados professores distinctos que não façam parte do Conselho, quando assim o exigirem as conveniencias do ensino. Haverá uma commissão especial para revisão dos programmas.

§ 8.º Apresentar annualmente ao Ministro da Instrucção Publica uma memoria historica, em que relate os factos occorridos e proponha as medidas e reformas que lhe pareçam convenientes.

§ 9.º Designar um dos membros do Conselho para servir de secretario interino, quando o effectivo se ache impedido.

Art. 14. Para servir nos impedimentos e falta do vice-reitor será, dentre os membros do Conselho, nomeado pelo Governo um supplente.

Art. 15. Ao secretario compete :

Assistir ás sessões do Conselho, de cujos trabalhos lavrará uma acta, que assignará juntamente com o presidente e mais membros do Conselho ;

Fazer todo o serviço de escripturação, de conformidade com as instrucções do vice-reitor ;

Organizar e sujeitar á approvação do Conselho o regimento interno do mesmo Conselho ;

Fiscalizar o serviço dos empregados, guardar, conservar e arrecadar convenientemente os moveis e objectos pertencentes à Secretaria.

Art. 17. A Secretaria do Conselho funcionará nas salas que para esse fim serão concedidas na Secretaria dos Negocios da Instrução Publica.

§ 1.º Exercer sobre os cursos e estabelecimentos particulares, situados no respectivo Estado, a inspecção necessária para garantir as condições do moralidade e hygiene, impondo penas, das quaes houvera recurso para o Conselho de Instrução Superior.

§ 2.º Visitar as faculdades dos Estados ou particulares equiparadas às federaes, situadas no respectivo Estado, afim de communica'r os abusos, que por ventura encontre, ao Conselho de Instrução Superior, que providenciara' como entende conveniente.

Art. 19. Os membros e delegados do Conselho e os empregados da Secretaria perceberão os vencimentos constantes da tabela anexa.

Tabella dos vencimentos

	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Gratificação mensal a cada um dos membros do Conselho.....		100\$000	1:200 \$000
Secretário.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Anuamense.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Continua.....	980\$000	420\$000	1:400\$000
Gratificação mensal aos delegados do Conselho.....		200\$000	200\$000

Capital Federal, 2 de janeiro de 1890.—*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*